

Ecologia política: onde estão os conteúdos da política?*

Political Ecology: Where is the Policy?***

Peter A. WALKER***

RESUMO

O envolvimento limitado da ecologia política com a pesquisa social e ambiental mais ampla, com o discurso e com os conteúdos da política pode refletir, em parte, a fraqueza geral do envolvimento público por parte da disciplina da geografia como um todo (MURPHY, 2005). No entanto, como um campo de estudos que emergiu em grande medida das críticas aos conteúdos das políticas e deve uma grande parte de sua genealogia intelectual aos campos de estudos aplicados, tais como os estudos sobre riscos (WATTS; PEET, 2004, p. 8), a ambivalência em relação aos conteúdos da política entre muitos ecologistas políticos parece-nos intrigante. Como podemos entender esta aparente ambivalência? Como podemos explicar esta indiferença ou hostilidade em relação à ecologia política por parte de alguns formuladores de políticas? Estas são questões que este artigo examina. É possível que o leitor fique desapontado com o fato de este artigo não fornecer respostas concretas; mas, depois de 20 anos de uma relação incerta e às vezes tensa entre a ecologia política e os conteúdos das políticas, estas questões merecem uma discussão mais aprofundada.

Palavras-chave: ecologia política; política ambiental; política.

ABSTRACT

The limited engagement of political ecology with broader social and environmental research, discourse, and policy may in part reflect the general weakness of public engagement by the discipline of geography as a whole (MURPHY, 2005). Yet, as a field that largely emerged from critiques of policy, and owes much of its intellectual genealogy to applied fields such as hazards studies (WATTS; PEET, 2004, p. 8), the ambivalence toward policy among many political ecologists seems puzzling. How can we understand this apparent ambivalence? How can we explain the indifference, if not actual hostility, toward political ecology by some policy-makers? These are the questions this essay examines. The reader (and certainly the author) may be disappointed that this essay provides no firm answers but, after 20 years of an uncertain and sometimes tense relationship between political ecology and policy, these questions merit greater discussion.

Key-words: political ecology; environmental policy; policy.

* Artigo originalmente publicado em *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 3, p. 382-395, 2006. Tradução: Vicente Rosa Alves; revisão: Júlia Spatuzzi Felmanas.

** Na literatura sobre “policy analysis” o conceito de “policy” é empregado para denominar os conteúdos da política. Para Frey (2000, p. 217) “a dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas”. Ver FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, jun de 2000 (N.T.).

*** Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Oregon, Eugene. Email: pwalker@uoregon.edu

I. Introdução

Peço aos leitores que perdoem um breve deleite num relato pessoal, embora ostensivamente por um propósito. Na juventude, estivei na Índia como estudante de graduação, servi na República de Serra Leoa como voluntário da agência Peace Corps Volunteer e trabalhei como consultor de pesquisas na República do Malawi. A partir destas diferentes experiências, fiquei, como muitos outros, desconcertado com o fato de o desenvolvimento convencional e as políticas ambientais darem errado de forma tão frequente. Li o melancólico livro de Graham Hancock – *Lords of poverty* (1989) –, que oferecia uma crítica dura, mas com pouca base analítica para soluções mais eficazes. Até que pudesse entender melhor as falhas do desenvolvimento, uma carreira nesta área parecia descartada. Em busca de uma nova direção, no começo dos anos 1990, cheguei por acaso na geografia e, por recomendação de amigos, estudei a subárea emergente da ecologia política. Li os livros *Silent violence* (1983), de Michael Watts, e *Land degradation and society* (1987), de Piers Blaikie e Harold Brookfield. Embora fossem livros completamente diferentes (um rico em teoria, o outro também rico em teoria, mas com uma abordagem mais aplicada), percebi que tinha encontrado minha morada intelectual. A ecologia política oferecia ferramentas analíticas poderosas para entender de uma forma mais holística os problemas sociais e ambientais que tinha observado, sem as restrições intelectuais das disciplinas mais limitadas. Certamente, pensei, a finalidade deste tipo de análise mais aprofundada é ajudar a *resolver* estes problemas. É por isso que, quando comecei minha carreira profissional como geógrafo, fiquei bastante surpreso em descobrir que a ecologia política estava dividida e era ambivalente em sua atitude em relação ao envolvimento com os *conteúdos da política* social e ambiental.

Na verdade, é possível sentir que, às vezes, os ecologistas políticos veem os conteúdos da política como um tipo de primo distante pouco refinado que deve ser mantido a uma distância segura. No ano de 2000, na Conferência Anual da Associação de Geógrafos Americanos, um eminente ecologista político, num importante painel sobre a história da ecologia política, respondeu às críticas sobre a falta de envolvimento da subárea com a solução de proble-

mas práticos com uma declaração que foi memorável por sua franca honestidade: “Eu não sinto nenhuma obrigação”, disse o ecologista político, “de ser *útil*”¹. Esta posição não é de nenhuma maneira representativa da subárea como um todo (na verdade, com sua diversidade atual, pode ser impossível para *qualquer* declaração ser representativa da subárea como um todo). No entanto, numa estranha harmonia de almas desiguais, alguns formuladores de políticas profissionais compartilham deste desinteresse em se ligar à ecologia política. Outro proeminente ecologista político, recentemente indicado representante do Banco Mundial, frequentando um *workshop* misto para pesquisadores e formuladores de políticas, respondendo a um *paper* sobre ecologia política, disse: “Se isso passasse pela minha mesa, eu jogaria no lixo como inútil e mal-informado (ou algo com este efeito)”². Outros pesquisadores da ecologia política e áreas afins observam um ceticismo e uma desconfiança similares em relação a esta área por parte de burocratas e formuladores de políticas. Novamente, isto não representa de nenhuma maneira as atitudes ou experiências da totalidade dos ecologistas políticos. No entanto, isto ilustra a apatia, se não uma antipatia real que, às vezes, caracteriza a relação entre a ecologia política e os conteúdos aplicados da política.

Parece surpreendente que os ecologistas políticos e os formuladores de políticas nutram um desinteresse ou mesmo um desdém entre si. Muitas vezes, a temática de seus trabalhos e seus próprios objetivos são os mesmos. Além disso, esta ambivalência parece (pelo menos superficialmente) inconsistente com a história e os objetivos declarados da ecologia política. Por exemplo, o livro de Piers Blaikie – *The Political economy of soil erosion in developing countries* (1985) – é muitas vezes descrito como um trabalho pioneiro da crítica neomarxista do desenvolvimento e como um texto clássico da ecologia política. Foi publicado com o propósito claramente declarado de auxiliar as agências de ajuda internacional, organizações de desenvolvimento e associações filantrópicas a entender a seguinte questão: “Por que as políticas em geral fracassam?” (o título do quarto capítulo do livro). Como discutido mais tarde neste artigo, a “Nova abordagem” (Capítulo 5) que Blaikie apresentou meteu-lhe em dificuldades com alguns formuladores de políticas. Apesar disso, o livro pôs em evidência, de forma

¹ Conferência Anual da Associação de Geógrafos Americanos, Pittsburgh, PA, 4-8 abril de 2000. Reflections on Cultural/Political Ecology. I: Paths Taken, Directions Forged. (Meu destaque).

² Comunicação pessoal, anônimo a pedido, 12 de junho de 2005.

clara, o envolvimento construtivo com os conteúdos da política, numa linguagem que os formuladores de políticas pudessem entender (os acontecimentos seguintes à publicação do livro sugerem que talvez eles tenham entendido *muito* bem).

A abordagem estrutural neomarxista da ecologia política, desbravada por Blaikie e outros, foi seguida nos anos 1990 por uma mudança em direção a abordagens pós-estruturalistas; porém, uma grande quantidade de trabalhos que utilizam a abordagem pós-estruturalista na ecologia política também colocou fortemente em evidência o envolvimento com os conteúdos da política. Melissa Leach e Robin Mearns, membros do Institute for Development Studies da Universidade de Sussex, coeditaram o texto fundamental da ecologia política – *The lie of the land* (1996) – cujo conteúdo baseou-se nos debates de uma conferência. O texto extremamente respeitado da ecologia política de autoria de Peet e Watts – *Liberation ecologies* (1996) – declara que seu objetivo é “aumentar o potencial emancipatório das ideias ambientais e se envolver diretamente com o panorama mais amplo dos debates sobre a modernidade, suas instituições e seus saberes” (p. 37). Poder-se-ia presumir de forma razoável que o desenvolvimento e a *política ambiental* são uma característica central deste panorama intelectual e institucional.

No entanto, apesar de sua rica história e interesse declarado no envolvimento do debate público, o compromisso real da ecologia política com as áreas de pesquisa e o debate público fora da academia têm sido limitados. Por exemplo, a ecologia política não teve praticamente nenhum envolvimento com alguns dos programas de pesquisa internacional mais importantes do mundo que tratam da mudança ambiental e das relações humano-ambientais, tais como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas³, o Programa Internacional da Biosfera e Geosfera⁴, o Programa Internacional das Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais⁵ e a Avaliação Ecossistêmica do Milênio⁶ (TURNER, in: MURPHY, 2005, p. 10). Tampouco os ecologistas políticos tiveram alguma presença perceptível importante na Academia Nacional de Ciência dos Estados

Unidos⁷ ou no Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos da América⁸. Os ecologistas políticos *estabeleceram* alguns vínculos com organizações não governamentais (ONGs) importantes, como a Sociedade de Pesquisa em Ciências Sociais⁹ e com várias ONGs internacionais de desenvolvimento. Esta subárea de estudos permanece em grande parte voltada para dentro, dirigindo sua atenção para os debates intelectuais que ocorrem dentro da academia. Para ser franco, o envolvimento limitado da ecologia política com a pesquisa social e ambiental mais ampla, com o discurso e com os conteúdos da política pode refletir, em parte, a fraqueza geral do envolvimento público por parte da disciplina da geografia como um todo (MURPHY, 2005). No entanto, como um campo de estudos que emergiu em grande medida das críticas aos conteúdos das políticas e deve uma grande parte de sua genealogia intelectual aos campos de estudos aplicados, tais como os estudos sobre riscos (WATTS; PEET, 2004, p. 8), a ambivalência em relação aos conteúdos da política entre muitos ecologistas políticos parece-nos intrigante. Como podemos entender esta aparente ambivalência? Como podemos explicar esta indiferença ou hostilidade em relação à ecologia política por parte de alguns formuladores de políticas? Estas são questões que este artigo examina. É possível que o leitor fique desapontado com o fato de este artigo não fornecer respostas concretas; mas, depois de 20 anos de uma relação incerta e às vezes tensa entre a ecologia política e os conteúdos das políticas, estas questões merecem uma discussão mais aprofundada.

II. Os cegos e o elefante: falando com o mundo “exterior”

Hoje em dia, qualquer discussão sobre ecologia política faz lembrar um dos perigos sugeridos pela parábola budista dos cegos que tocavam diferentes partes de um elefante e as descreviam para o imperador, produzindo discussões violentas, como se cada um deles descrevesse algo diferente, ainda que partes de um todo. Atualmente, a

³ The Intergovernmental Panel on Climate Change.

⁴ The International Geosphere-Biosphere Programme.

⁵ The International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change.

⁶ The Millennial Ecosystems Assessment.

⁷ United States National Academy of Sciences.

⁸ National Research Council.

⁹ The Social Science Research Council.

área de estudos que é identificada como ecologia política é tão diferente em seus objetivos, epistemologias e métodos que apenas podemos discuti-la com enorme apreensão, reconhecendo que são de fato áreas muito diferentes do conhecimento, faltando uma abordagem ou mensagem teórica coerente¹⁰. No entanto, um número crescente de geógrafos identificou a si próprios ou o seu trabalho como ecologia política¹¹. É verdade que nem todos aspiram aconselhar ou trabalhar com os formuladores de políticas. Mas *não* é verdade que a ecologia política *como um todo* não se envolva com os conteúdos das políticas. Alguns dos mais eminentes ecologistas políticos estão profundamente imersos profissional e intelectualmente no mundo dos conteúdos da política aplicada. Anthony Bebbington, Piers Blaikie, Dianne Rocheleau e Jesse Ribot (só para citar alguns) são nomes que me ocorrem neste momento.

No entanto, alguns ecologistas políticos manifestam uma preocupação de que estas são as exceções que provam a regra. Para citar o geógrafo britânico e ecologista político Simon Batterbury, muitos sentem que a ecologia política como um todo “deveria sair (mas muitas vezes *não* sai) das salas de aula e dos circuitos das conferências”¹². Este artigo, pode não ser do interesse daqueles ecologistas políticos que não compartilham desta preocupação. Para aqueles que a compartilham, este trabalho é um esforço para considerar algumas das possíveis barreiras e oportunidades para transmitir as ideias da ecologia política de uma forma mais eficaz, de maneira que elas possam estar vinculadas aos esforços para resolver problemas sociais e ambientais específicos fora da academia. Quanto àqueles no mundo da política que são céticos ou não atribuem grande importância à ecologia política, este artigo sugere que um dos meios possíveis de superar este ceticismo é para que a subárea como um todo – reconhecendo toda sua diversidade – aprenda a “falar” de forma mais eficaz sobre o que ela é e o que pode oferecer. Este trabalho não tenta dar as respostas; antes, seu propósito é estimular o diálogo. As seções seguintes oferecem algumas reflexões iniciais e provisórias sobre as barreiras e

oportunidades para um envolvimento mais produtivo entre a ecologia política e os conteúdos da política. Estas ideias não são apresentadas em nenhuma ordem particular, a não ser como elas ocorreram para o autor.

III. Contranarrativas convincentes: desaparecidos em combate

Considere as narrativas mais respeitadas das ciências sociais da história moderna. A “explosão” populacional. A “tragédia dos comuns”. A “mão invisível” do mercado. Cada uma delas é simples, clara, convincente e poderosa. Nenhuma delas foi criada por cientistas sociais críticos. Em contrapartida, como outras áreas da teoria social, a ecologia política não é famosa em produzir narrativas concisas e convincentes. Ela é mais conhecida por sua prosa teórica complexa e muitas vezes densa; por exemplo, os diagramas de caixas-e-setas quase humorísticos de Blaikie (1985), bem ao estilo de Rube Goldenberg¹³, ou a linguagem marxista densa, obscura e frustrante (mas valiosa) de Watts (1983) (como ROBBINS, 2004, p. 68, a descreveu).

Certamente, esta complexidade e riqueza teórica são a própria espinha dorsal da enorme força analítica da ecologia política; mas, em relação a sua influência sobre o mundo da política fora da academia, esta falta de clareza pode também ser um obstáculo. Em seu livro *Narrative policy analysis: theory and practice* (1994), Emery Roe demonstra de forma convincente que é raramente suficiente fornecer críticas analíticas precisas dos conteúdos das políticas. Pouco importa se uma crítica seja perspicaz e verdadeira; a crítica *por si só* raramente produz mudanças políticas significativas. Na verdade, a crítica por si mesma pode ter o efeito oposto, no sentido de provocar incerteza e reforçar o *status quo*. O que é necessário, de acordo com Roe, são *contranarrativas* convincentes.

A ecologia política em geral não tem sido particularmente bem sucedida em criar contranarrativas eficazes.

¹⁰ Para uma excelente visão geral da diferente genealogia e *status* da ecologia política atual, ver Bassett e Zimmerer (2004); ver também Robbins (2004); Neumann (2005).

¹¹ Por exemplo, o The Cultural and Political Ecology (CAPE), *specialty group* da Associação de Geógrafos Americanos, cresceu de 221 para 531 membros entre 2002 e 2005. A maioria dos novos membros classifica seu trabalho como ecologia política. CAPE homepage: <<http://www.stetson.edu/artsci/cape/>>. Último acesso em: 16/08/2005.

¹² Comentário de um painalista, “Cultural and Political Ecology at the AAG Century: Application and Impact in the World” (grifo meu). Encontro da Associação de Geógrafos Americanos, 15-19 de março de 2004, Philadelphia. Transcrito de: <<http://www.stetson.edu/artsci/cape/batterbury.php>>. Último acesso em: 06/08/2005.

¹³ Blaikie’s (1985) almost humorously Rube Goldberg-esque Box-and-arrow diagrams. O autor compara aqui os diagramas de Blaikie às invenções criadas por Rube Goldberg. Reuben Lucius Goldberg (Rube Goldberg, 1883-1970) foi um artista plástico, cartunista e escultor norte-americano (São Francisco – Califórnia) que ficou conhecido pela invenção de máquinas extremamente complicadas que se utilizavam de vários recursos para realizar tarefas simples (N.T.).

De fato, apesar de sua crítica profundamente perspicaz, a ecologia política (e a Geografia como um todo) tem tido relativamente pouco impacto em narrar as “grandes histórias” que dominam o discurso público fora da academia. Por exemplo, desde o início a ecologia política lutou contra as teorias neomalthusianas profundamente equivocadas do crescimento da população e da degradação ambiental. No entanto, a ecologia política não produziu contranarrativas tão influentes quanto as imagens poderosas da “bomba” populacional¹⁴ ou da “explosão” populacional¹⁵ (EHRlich, 1986; EHRlich; EHRlich, 1990)¹⁶. Na verdade, no domínio do debate público, a ecologia política (e a teoria social crítica em geral) foi derrotada recentemente pelas arengas neomalthusianas largamente respeitadas e populares, mas profundamente equivocadas e não apologéticas, tais como o artigo “The coming anarchy” (1994) e o livro *Collapse* (2005)¹⁷ de Robert Kaplan e Jared Diamond respectivamente.

Os ecologistas políticos devem receber o crédito por se recusarem a “baixar o nível intelectual de suas análises em busca de popularidade”¹⁸ para competir com as narrativas superficiais, porém sedutoras de autores tais como Kaplan e Diamond. Os ecologistas políticos (e outros teóricos sociais) demoliram de forma indiscutível as teorias neomalthusianas simplistas. A pureza intelectual não afeta os conteúdos da política e a teoria neomalthusiana (embora com algumas modificações – por exemplo, EHRlich; EHRlich, 2004) ainda domina em grande parte o discurso sobre os conteúdos da política. Cabe então a pergunta: se uma “opinião geral”¹⁹ poderosa cai na floresta densa da teoria social, mas ninguém a ouve, isso faz um barulho? *Caiu realmente?*

Pode-se argumentar que o papel principal da ecologia política é questionar as visões convencionais enganosas e simplificadoras das relações humano-ambientais e não competir em uma corrida para o nível intelectual mais baixo. Contudo, esta noção combinaria de forma errada o problema da simplificação demasiada das análises com as habilidades de um bom contador de histórias. Trata-se de

coisas diferentes. O artigo “The tragedy of the commons” (1968), de Garrett Hardin, e o livro *The population bomb* (1968), de Paul Ehrlich, foram tão fenomenalmente bem-sucedidos não porque tenham simplificado demais a realidade (o que eles fizeram), nem mesmo porque tenham apoiado o poder entrincheirado das elites político-econômicas (o que também fizeram): esses trabalhos tiveram êxito porque contavam boas histórias que comunicavam uma ideia poderosa de forma eficaz. Não é incomum ouvir ecologistas políticos se queixarem de que áreas tais como a economia, a ciência política e a biologia dominam os debates sobre os conteúdos das políticas porque elas removem as complexas realidades sociais. Isso pode ser verdadeiro, mas isso não quer dizer que a razão para o seu sucesso seja uma simplificação analítica demasiada *per se*; antes, estas áreas foram bem-sucedidas porque contavam boas “histórias” (embora seja razoável sugerir que a simplificação das análises torna mais fácil contar histórias claras).

Não há razão para que a ecologia política não possa contar boas histórias também. Alguns dos melhores e mais respeitados trabalhos na ecologia política foram bem-sucedidos não porque tenham despido seu trabalho teórico para se ajustar às proporções das frases curtas de forte impacto, mas porque aperfeiçoaram de forma hábil as pesquisas sociais e ambientais de primeira categoria em contranarrativas elegantes e poderosas. Talvez o mais conhecido de tais trabalhos seja a pesquisa apresentada no livro *The lie of the land*, de Melissa Leach e Robin Mearns (1996) (o sucesso deste livro deve-se em grande parte a seu poderoso e memorável título, que quase desafia o público a começar a ler). Este livro reagiu diretamente às imagens poderosas e largamente percebidas da mudança ambiental dentro dos círculos dos profissionais que atuam na área do desenvolvimento, bem como daqueles que atuam nos meios de comunicação. O livro desafiou as narrativas convencionais (“ortodoxias” e “opinião geral”) que levam a políticas mal-orientadas e equivocadas. O livro tornou-se (pelos padrões dos livros acadêmicos) um sucesso extraordinário, lido por pesquisadores e tomadores de decisão em muitas

¹⁴ The population “bomb”.

¹⁵ The population “explosion”.

¹⁶ A seu favor, o geógrafo da crítica cultural Neil Smith ofereceu uma memorável contra-analogia, afirmando que “uma população está para o meio ambiente como um peixe está para uma bicicleta”. Enquanto a analogia nunca foi mais longe do que as salas de conferência da academia, Smith (certo ou errado) mostrou claramente que ele estava entrando no espírito das coisas! Comunicação pessoal, 11 de agosto de 2005.

¹⁷ Existe a versão brasileira desta obra. Tem como título *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso* e foi publicada pela editora Record em 2007, com tradução de Alexandre Raposo e revisão técnica de Waldeck Dié Maia (N.T.).

¹⁸ To “dumb down” their analysis.

¹⁹ “Received wisdom”.

instituições políticas importantes. A pesquisa apresentada em *The lie of the land* não era nova; antes, o sucesso desta obra resultou de duas fontes: 1) uma análise explicitamente *comparativa*, na qual os estudos de caso são apresentados a fim de chegar a um resultado “maior do que a soma de suas partes” (p. 4); e 2) uma abordagem que reconhece as ortodoxias políticas como histórias (ROE, 1991) que incorporam relações de poder (FOUCAULT, 1981) que circulam entre comunidades profissionais e podem ser “inenarráveis”²⁰ através da construção de contranarrativas eficazes. A abordagem de uma contranarrativa reconhece que um desafio eficaz para uma “opinião geral” equivocada e carregada de poder não depende apenas do desmascaramento da ciência, mas exige também que se penetre e perturbe o fluxo das velhas histórias confortáveis e convenientes que circulam entre os profissionais ligados às áreas de meio ambiente e de desenvolvimento e substituam-nas com “contranarrativas que melhor se ajustem às reivindicações de um diferente conjunto de *stakeholders*; de preferência contranarrativas com *slogans* e rótulos igualmente atraentes” (p. 33).

O avanço real, a metanarrativa-chave que Leach e Mearns oferecem, é o poder da própria narrativa: certas ideias “científicas” são aceitas porque elas sempre o foram – e podem ser desafiadas como tal²¹. Certas narrativas podem ter sido aceitas porque elas se adequavam convenientemente aos interesses político-econômicos das elites poderosas (incluindo os dos próprios formuladores de políticas), ou simplesmente porque dentro do mundo dos atores e redes políticas certas crenças fundamentais (corretas ou não) acabam “pegando”, à medida que as instituições e carreiras são construídas em torno delas (p. 28). Deste modo, a abordagem de uma contranarrativa começa com a observação de Roe (1991; 1994) de que não é suficiente criticar as histórias existentes; antes, é necessário entender as condições sociais que produzem e reproduzem tais histórias (FORSYTH, 2003) e usar este conhecimento para suplantar falsas narrativas com histórias que sejam cientificamente robustas e tenham a capacidade de manter e libertar os humanos e a natureza. É bem verdade que os ecologistas políticos mostraram grande habilidade como críticos, mas, se desejam influenciar os conteúdos da política, devem aprender, como Leach e Mearns (1996) colocam, que “é improvável que ‘melhores pesquisas científicas’ tenham um impacto prático” (p. 30), a menos que estas

pesquisas sejam deliberadamente traduzidas e projetadas em debates públicos na forma de contranarrativas claras e convincentes. Em resumo, os ecologistas políticos devem se tornar melhores contadores de histórias.

IV. A questão de integração e escala

Ao descrever a pesquisa na geografia do desenvolvimento (um campo intimamente relacionado e sobreposto ao da ecologia política – ver Peet e Watts, 1996), Anthony Bebbington (2003) argumentou que esta subárea deixou poucas marcas sobre a tela mais ampla da teoria do desenvolvimento e das ideias e práticas das organizações de desenvolvimento. Em parte, isto se deve ao fato de a subárea ter colocado em evidência pesquisas de estudos de caso individuais em escala “local”, tornando difícil descobrir o significado de tais estudos para as preocupações mais amplas do desenvolvimento. Para abordar este problema, Bebbington pede um maior esforço na direção de estudos comparativos e de escalas mais amplas:

Uma segunda dimensão na construção de melhores teorias dá-se através da teorização de estudos de base local. Para isso é essencial a comparação destes diferentes processos e fatores causais através dos estudos de base-local [...] sem tal comparação e integração, não fica claro o que fazer com estudos de caso de base local. Eles ficam sujeitos à acusação (justa ou não) de que são, no final das contas, casos específicos e pobremente vinculados a contextos mais amplos (ou a uma população mais ampla de casos similares) do qual eles fazem parte. Ficam também sujeitos às críticas (de novo, justas ou não) de que eles não têm comprovação científica [...] a dependência sobre histórias individuais reduz a probabilidade de influenciar muitas correntes de pensamento, sejam elas aquelas que dominam a ortodoxia do desenvolvimento e suas instituições ou aquelas que conduzem finalmente à formação de estratégias em ONGs e organizações sociais liberais e alternativas (BEBBINGTON, 2003, p. 303).

Uma crítica similar poderia ser feita em relação à ecologia política. Enquanto a fase inicial da ecologia política “estrutural” enfocava muitas vezes temas regionais

²⁰ “Un-told”.

²¹ De forma notável, este sucesso reflete o sucesso anterior do trabalho de Piers Blaikie ao desafiar as narrativas convencionais da erosão do solo no sul da Ásia, que ele denominou recentemente de Teoria da Degradação Ambiental dos Himalaias (BLAIKIE; MULDAVIN, 2004).

mais amplos (de novo, o trabalho de Blaikie no Nepal, ou a investigação de Hecht e Cockburn do quadro geral do desmatamento na Amazônia, 1990), durante o início dos anos 1990 a área tinha mudado em grande parte em direção a pesquisas que Donald Moore descreve como focalizadas sobre “as micropolíticas das lutas camponesas sobre o acesso aos recursos produtivos” e “as contestações simbólicas que constituem aquelas lutas” (1996, p. 126). É verdade que nem todo trabalho que é compreendido como ecologia política enfoca estudos de caso individuais em “microescala”. Por exemplo, os trabalhos sobre desenvolvimento e movimentos sociais na América Latina (ESCOBAR; ALVAREZ, 1992; ESCOBAR, 1995) e sobre globalização e meio ambiente (STONICH; BAILEY, 2000; ESCOBAR, 2001; GOODMAN, 2004; MCCARTHY; PRUDHAM, 2004) fizeram esforços louváveis para “teorizar”.

No entanto, é verdade também que uma grande parte da ecologia política atual ainda se concentra sobre os estudos de caso individuais, com esforços debilmente desenvolvidos para comparar ou contrastar esses estudos ou para sintetizar esses estudos em análises regionais (WALKER, 2003) ou globais mais amplas e integradas. Por exemplo, alguns dos melhores esforços em direção a sínteses teóricas na ecologia política atual consistem de volumes com capítulos teóricos introdutórios mais amplos, seguidos por estudos de caso individuais e independentes reunidos *post hoc* sob temas amplos, tais como “discurso” e “instituições e governança” (ZIMMERER; BASSETT, 2003; PEET; WATTS, 2004). Enquanto esses esforços deveriam ser aplaudidos, o grau em que pode se considerar como tendo alcançado uma integração e uma “teorização” eficaz permanece uma questão em aberto, dados os contextos, os métodos e as categorias analíticas muito diferentes desses casos individuais. As dificuldades em se combinar esses estudos de base local *post hoc* num todo integral parecem extremamente desencorajadoras. Talvez seja necessário um programa comparativo mais coordenado, baseado em estudos de caso individuais construídos a partir dos estágios iniciais do desenho de pesquisas em torno de um conjunto comum de questões teóricas, métodos e categorias e linguagens analíticas.

V. A questão de Marx

Pode-se pensar que, com a queda do muro de Berlim distanciando-se cada vez mais na história e com o capitalismo ocidental numa atmosfera triunfante, a velha hostilidade manifestada entre os formuladores de políticas *mainstream* em relação a todas as coisas marxistas teria se dissipado. Isso seria um grave erro. Com suas raízes na economia política marxista (WATTS; PEET, 2004), a genealogia da ecologia política dificilmente abre portas nas instituições políticas *mainstream*. Como Piers Blaikie recentemente comentou, mesmo hoje em dia, “uma análise marxista declarada faria a maioria dos formuladores de políticas jogarem fora o relatório depois da segunda página”²².

Blaikie fala com experiência própria. Seu livro *The political economy of soil erosion in developing countries* (1985), um texto clássico na ecologia política, ofereceu uma poderosa explicação neomarxista estruturalista da erosão do solo no Nepal. Em associação com um livro anterior, *Nepal in crisis* (BLAIKIE *et al.*, 1980), o desafio direto de Blaikie aos sistemas de acumulação de classe no Nepal motivou o governo deste país a bani-lo temporariamente da nação (ver ROBBINS, 2004, p. 53). Mais tarde, contudo, quando a democracia multipartidária foi introduzida no Nepal, Blaikie declara que ele e os coautores do livro *Nepal in crisis* tornaram-se “a coqueluche do momento”²³ entre os formuladores de políticas do país. Contudo, aparentemente a coqueluche chegou ao fim. Como descreve Blaikie:

Depois da introdução das eleições multipartidárias, eu não tive problemas e todas as portas estavam abertas; mas, sinto que agora eu e os coautores do livro *Nepal in crisis* podemos ter dificuldades de entrar novamente no Nepal devido às políticas retrógradas atuais do rei e do exército. O livro realmente teve uma influência na introdução da democracia desde que o então Primeiro-Ministro Bishweshwar Prasad Koirala foi fotografado por um jornal segurando o nosso livro e tornou-se um ponto de convergência para a dissensão e a reforma [...] não tanto pela qualidade intrínseca do livro, mas simplesmente porque não havia outros como ele. A proibição do livro deveu-se à sua abordagem dependentista e às

²² Comunicação pessoal, 4 de agosto de 2005.

²³ “The flavor of the month”.

críticas ao “semifeudalismo” e às classes proprietárias de terras no Nepal²⁴.

Esta experiência pode ser um exemplo extremo das dificuldades políticas associadas com a aplicação das críticas neomarxistas à análise dos conteúdos da política, mas também ilustra o poder enorme de tais críticas – os livros de Blaikie tornaram-se populares e até mesmo emblemáticos na democracia do Nepal (que seus escritos ajudaram a criar) precisamente porque suas críticas foram eficazes (que é também, evidentemente, a razão de Blaikie ter se tornado *persona non grata* para as classes políticas de elite do Nepal).

Essas dificuldades não são necessariamente representativas dos atuais trabalhos na ecologia política, os quais normalmente não utilizam análises declaradamente neomarxistas. Na verdade, a ênfase sobre as relações sociais de produção e poder enquanto configuradoras das relações humanas com a natureza permanece, talvez, a característica mais definitiva da ecologia política (não devendo em grande parte às citações ubíquas de Blaikie, Peet e Watts e outros pesquisadores neomarxistas). Na verdade, os críticos da ecologia política argumentam que a ênfase supostamente dogmática sobre as relações de poder político é o maior equívoco da subárea (VAYDA; WALTERS, 1999). No entanto, a época em que o conhecimento da ecologia política concebia suas análises em termos explicitamente neomarxistas-estruturalistas (acumulação de capital, mais-valia e assim por diante) em grande parte passou (na verdade, muitos pesquisadores marxistas tradicionais lamentaram a diminuição das abordagens estruturalistas na ecologia política).

Por exemplo, nos últimos anos o próprio Piers Blaikie tem sido acusado pelos pesquisadores marxistas mais tradicionais da subárea de distanciar-se de Marx à medida que ingressava numa carreira como consultor e ativista. Atualmente, Blaikie argumenta que “o marxismo está completamente fora de moda e é considerado obscuro e profundamente equivocado em muitos meios” (citado em ROBBINS, 2004, p. 53). Nas próprias palavras de Blaikie, os pesquisadores neomarxistas mais tradicionais da subárea acusam-no de “trair a revolução”. A essa acusação Blaikie

responde simplesmente que “há a academia e há o mundo exterior confuso e tenso”²⁵.

No entanto, a análise de *poder* permanece central na ecologia política. Questões de justiça, desigualdade, pobreza, exploração e as razões estruturais para a reprodução da pobreza permanecem no centro da subárea, mesmo se a linguagem teórica é abrandada. Com ou sem uma linguagem marxista declarada, é provavelmente justo afirmar que a ecologia política que não se concentra sobre o poder como configurador das relações humano-ambientais não seria a ecologia política como a maioria a reconhece hoje em dia. Alguns que deixaram de lado uma linguagem declaradamente marxista percebem que estes tipos de críticas sobre o poder podem contribuir no mundo da política e levar a mudanças importantes e positivas²⁶. Por exemplo, quando recorrem ao conhecimento neomarxista, Dianne Rocheleau e outros têm contribuído para promover a análise de gênero entre as principais organizações internacionais de desenvolvimento e da política ambiental, embora utilizem uma linguagem que se concentra estreitamente sobre as relações de poder, mas que é em grande parte livre de construções analíticas enfadonhas e abstratas (ver ROCHELEAU *et al.*, 1988; ROCHELEAU *et al.*, 1996).

O resultado de tudo isso com respeito à política é que, enquanto os ecologistas políticos continuarão sem dúvida a argumentar entre si sobre o lugar apropriado para Marx, o legado das análises marxistas na ecologia política continuará a apresentar uma escolha às vezes difícil. Para os ecologistas políticos que desejam se envolver com os conteúdos da política e ainda trabalham com os métodos analíticos marxistas, a questão que se põe em saber é se um grau de compromisso e até mesmo um subterfúgio é justificável para “colocar o nariz do camelo” da crítica radical “debaixo da tenda” dos conteúdos da política *mainstream*²⁷.

Enquanto alguns ecologistas políticos resolvem esta questão deixando para trás a linguagem analítica marxista da subárea, o rótulo “ecologia política” e sua associação com o marxismo *tornou-se* conhecido no mundo da política. Assim, para aqueles ecologistas políticos que desejam se envolver com os conteúdos da política sem incorporar explicitamente as análises marxistas, pode ser apropriado desafiar as narrativas então convencionais da história inte-

²⁴ Comunicação pessoal, 3 de agosto de 2005.

²⁵ Comunicação pessoal, 4 de agosto de 2005.

²⁶ Piers Blaikie, comunicação pessoal, 4 de agosto de 2005.

²⁷ To get the camel's nose of radical critique under the tent of mainstream policy. O nariz do camelo é uma metáfora para uma situação em que permitir certas situações indesejáveis pequenas permitirão gradual e inevitável agravamento (N.T.).

lectual da subárea que se concentram excessivamente sobre as raízes marxistas da ecologia política (por exemplo, ver PAULSON *et al.*, 2003). Embora não renegando essas raízes marxistas, a subárea tem se movido em novas direções – um fato que pode ser relevante quando se envolve com os conteúdos da política. O ecologista político neomarxista Michael Watts argumentou em outro contexto (isto é, se a ecologia política deve se concentrar sobre a ecologia biofísica) que a subárea deve celebrar sua diversidade e “deixar as flores da compreensão e do diálogo florescer” (2003, p. 12). Com respeito a sua abordagem à economia política, é exatamente isso que ocorreu: a ecologia política atual floresceu num amplo sortimento de cores (nem todas vermelhas) – um fato que aqueles ecologistas políticos que desejam se envolver com os conteúdos da política podem achar útil salientar quando se comunicarem com o “mundo exterior confuso e limitado”.

VI. “Para quem falamos?”

A questão de se (ou como) os ecologistas políticos podem falar de forma mais eficaz para um público mais amplo, incluindo os formuladores de políticas, é uma variação sobre um assunto recorrente: para quem a ecologia política fala (ou deseja falar)? A resposta a esta pergunta é óbvia, dadas as escolhas dos locais através dos quais os ecologistas políticos apresentam o seu trabalho. Se estes locais são alguma indicação, os ecologistas políticos parecem falar em grande parte para seus colegas (e talvez para outros em áreas intimamente associadas). Na medida em que os ecologistas políticos falam para seus colegas através de locais que são raramente acessados por aqueles que estão fora da academia, não é de surpreender que os ecologistas políticos sejam marginalizados em debates públicos mais amplos.

A tabela 1, por exemplo, ilustra como as ideias dos ecologistas políticos são marginalizadas nos debates públicos. A tabela lista a classificação de vendas dos principais livros da Amazon.com²⁸ (incluindo todos os de ficção e não ficção) sobre temas tais como globalização econômica, população, desigualdade e meio ambiente. No topo da lista

(classificado em 5º lugar no geral), encontra-se o livro *The world is flat*²⁹, do colunista do *New York Times* Thomas Friedman, um livro que descreve os ricos e pobres do mundo como “leões” e “gazelas” – um mundo que Friedman celebra como desejável e irreversível mesmo se “os fracoss ficarem para trás”. Não muito atrás do livro de Friedman, estão os livros *Collapse* e *Guns, germs, and steel*³⁰, ambos de autoria de Jared Diamond (ocupando o 29º e o 41º lugares, respectivamente), que explicam a desigualdade global como derivada em grande parte de fatores ambientais e responsabilizando o crescimento da população e os colapsos ecológicos pela ocorrência das crises sociais. Muito atrás deste grupo (em 36º e 820º), está a edição revista de 2004 do livro clássico de Donella Meadows *et al.* intitulado *Limits to growth*³¹, que utiliza a linguagem malthusiana clássica do “excesso” populacional³² para explicar a atual crise ambiental.

O campo da ecologia política existe, em grande medida, como uma resposta crítica a este tipo de argumento neomalthusiano e pró-globalização. No entanto, se a posição de uma corrente de pensamento na classificação de vendas da Amazon.com pode ser tomada como uma medida do grau de penetração no debate público, os ecologistas políticos continuam a ser deixados para trás, atrás de seus rivais de longa data. No momento em que escrevo, o principal livro da ecologia política com a classificação mais elevada é *Political ecology: a critical introduction*, de Paul Robbins (75º, 862º), que vendeu menos da metade do livro *Limits to growth*, de Meadows – um livro que foi um campeão de vendas por mais de três décadas. Os outros concorrentes entre os principais livros da ecologia política – a edição de 2004 de *Liberation ecologies*, de Peet e Watts, *Political ecology*, de Zimmerer e Bassett, e o agora clássico *Fate of the Forest*, de Hecht e Cockburns – não venderam, juntos, mais do que uma pequena fração do número de livros vendidos por Friedman ou Diamond.

A classificação de vendas é indiscutivelmente uma medida rudimentar do impacto de um campo de investigação intelectual. No entanto, essa ilustração levanta pelo menos algumas observações importantes. Primeiro (e um tanto óbvio), trabalhos tais como *The world is flat* e *Guns*,

²⁸ The Amazon.com sales ranks of major books.

²⁹ Publicado no Brasil em 2007 pela editora objetiva com o título *O mundo é plano: uma breve história do século XXI* e traduzido por Cristiana Serra, Sergio Duarte e Bruno Casotti (N.T.).

³⁰ Lançado pela Editora Record em 2005. Intitulada *Armas, germes e aço*, esta obra foi traduzida por Silvia de Souza Costa e outros (N.T.).

³¹ Com Jorgen Randers e Dennis Meadows; publicado pela primeira vez em 1972.

³² Population “overshoot”.

germs, and steel foram especificamente escritos para o público em geral e lançados no mercado como livros comerciais pelas principais editoras. Em contrapartida, a maioria dos trabalhos na ecologia política foi publicada principalmente através de editoras acadêmicas para um público acadêmico. A principal exceção é *Fate of the Forest* – um livro que provou que a abordagem da ecologia política, quando escrita para o público em geral e lançada no mercado por uma importante editora, *pode* alcançar o público de massa. A baixa classificação de vendas para este livro reflete o fato de que ele é um livro antigo e que seu impacto diminuiu. Mais importante ainda, pode-se dizer que nenhum livro de comparável sucesso utilizando-se de uma crítica baseada na ecologia política foi lançado no mercado nos últimos 15 anos. A outra observação desta lista é que o estilo e a linguagem desses livros são muito diferentes.

Os livros de Friedman, Diamond e Meadows foram elogiados pela *Publishers weekly* por terem sido escritos com uma “prosa acessível” e uma “exposição brilhante” (ou termos similares). Elogios como esses são raros de se encontrar, pelo menos em relação aos livros publicados na área da ecologia política³³.

Um padrão similar pode ser observado nos periódicos. Usando a *Web of Science Journal Database*, uma pesquisa conduzida em agosto de 2005 com todos os principais artigos de investigação e de revisão publicados na geografia ou periódicos interdisciplinares afins entre janeiro de 2004 e junho de 2005 e identificados pela expressão “ecologia política” no tema ou título recuperou 48 artigos. Destes,

apenas oito artigos (17%) apareceram em periódicos que, pode-se dizer, almejam claramente a um público mais amplo, que se estenda além da comunidade acadêmica³⁴. A grande maioria dos artigos na ecologia política aparece em periódicos tais como *The Annals of the Association of American Geographers*, *Transactions of the Institute of British Geographers*, *Geographical Journal*, *Cultural Geographers* e outros que definem uma fronteira de pesquisa, mas não circulam de forma ampla entre os profissionais do desenvolvimento ou da política ambiental.

Novamente, este é um índice rudimentar e revela uma fragilidade importante: ele (o índice) não leva em conta o número considerável de publicações que aparece na suposta “literatura cinzenta”³⁵ das agências e organizações profissionais de desenvolvimento e de meio ambiente que, em geral, não estão indexadas e não são facilmente enumeradas. Por exemplo, alguns eminentes ecologistas políticos trabalharam diretamente com organizações tais como o World Resources Institute (por exemplo, Jesse Ribot) e o World Wildlife Fund (por exemplo, Jennifer Olson). As contribuições desses pesquisadores em trazer o recorte crítico da ecologia política para dentro do domínio dos programas e conteúdos aplicados da política não devem ser menosprezadas. Contudo, os ecologistas políticos são minoria em relação aos grupos maiores de profissionais cujas carreiras estão baseadas principalmente em instituições universitárias, onde o sucesso é medido por índices tradicionais de desempenho acadêmico que enfatizam de forma demasiada a publicação de livros e artigos em periódicos que têm

TABELA 1 – CLASSIFICAÇÃO DE VENDAS DOS LIVROS DA AMAZON.COM, 17 DE AGOSTO DE 2005

Autor, ano	Título	Editor	Classificação de vendas da amazon.com
Friedman, 2005	<i>The world is flat</i>	Farrar, Straus and Giroux	5
Diamond, 2005	<i>Collapse</i>	Viking	29
Diamond, 1999	<i>Guns, germs and steel</i>	Norton	41
Meadows et al., 2004	<i>Limits to growth</i>	Chelsea Green	36,820
Robbins, 2004	<i>Political ecology</i>	Blackwell	75,862
Peet and Watts, 2004	<i>Liberation ecologies</i>	Routledge	229,203
Zimmerer and Bassett, 2003	<i>Political ecology</i>	Guilford	531,106
Hecht and Cockburn, 1990	<i>Fate of the forest</i>	HarperCollins	623,776

³³ Contudo, a descrição de livros da Amazon.com elogia o livro *Political ecology*, de autoria de Robbins, como “escrito para ser acessível aos estudantes” e “com uma síntese agradável e rigorosa”.

³⁴ Estas incluem: *Conservation Biology*, *Habitat International*, *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, *Society and Natural Resources* (dois artigos), *World Development*, *Global Environmental Change – Human and Policy Dimensions*, and *Journal of Cleaner Production*.

³⁵ “Gray literature”.

indicadores de “impacto” altamente convencionais (isto é, acadêmicos) – “um termo muito curioso digno de uma importante crítica de sua própria desconstrução!”³⁶ De novo, é difícil enumerar a influência desses ecologistas políticos que se estendem sobre os domínios acadêmico e profissional, mas estas são avenidas potencialmente importantes, através das quais a subárea pode entrar em contato para aumentar seu verdadeiro “impacto” sobre o mundo em geral.

VII. “Quem somos? Por que estamos aqui?”

A questão de “para quem falamos” supõe, talvez erroneamente, que haja algum “nós” coerente e algo coerente que “nós” desejamos dizer. Este pode ser o maior desafio de todos para os ecologistas políticos que desejam falar para um público mais amplo. Não há simplesmente uma resposta fácil ou universalmente acordada para essas questões, isto é, do que seja a ecologia política e do que ela faça. À medida que o campo foi crescendo, expandiu-se em tantas direções simultaneamente que tanto os defensores quanto os críticos questionaram se a ecologia política mantinha afinal alguma coerência. O eminente ecologista político Michael Watts (2000, p. 592) comentou: “A ecologia política de certo modo quase se dispersou [...] já que os pesquisadores buscavam estender o seu alcance [...] [formando] uma paisagem imensamente ampliada e poliglota da ecologia política”. Da mesma maneira, a ecologia política cética de Billie Lee Turner expressiu repetidamente uma preocupação (em muitos fóruns públicos) de que o crescimento da ecologia política, em sua fase pós-estruturalista (ver BASSETT; ZIMMERER, 2004), abarcou tantas misturas variadas de pontos de vista que é muito difícil discernir algum significado consistente para o rótulo (a não ser, talvez, uma antipatia comum em relação à ciência pós-positivista).

Se a ecologia política for uma atividade acadêmica, esta tendência de “deixar mil flores florescerem” pode ser intelectualmente produtiva. Mas, se for projetar-se nos debates públicos mais amplos, contudo, isto apresenta um problema. Para o mundo exterior, a questão fundamental é: “O que é ecologia política?”. Paul Robbins (2004, p. 12) andou – de forma ousada – onde poucos andaram antes ao

synetizar as muitas definições da ecologia política para oferecer o que se segue: “A ecologia política é uma pesquisa de explorações empíricas que busca explicar as ligações na condição e mudança de sistemas socioambientais com uma consideração explícita das relações de poder”. Esta definição é tão significativa quanto qualquer proposta até agora, mas a gama de “explorações” e “relações” nos sistemas socioambientais sob o rótulo da ecologia política é vasta. Por exemplo, a ecologia política revela a importância dos produtos florestais não madeireiros para as “comunidades das Primeiras Nações”³⁷ no distante Yukon (NATCHER *et al.*, 2004), assim como as interações entre moléculas, organismos e a indústria global da biotecnologia quando regulada pelos regimes de propriedade intelectual, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (McAFEE, 2003). A extensão das abordagens teóricas é tão ampla quanto a gama do assunto: das críticas teóricas marxistas do capitalismo (O’CONNOR, 1998) aos estudos da formação do capital social e das estratégias de subsistência sustentável dos movimentos sociais rurais indígenas (BEBBINGTON, 1997). Robbins está correto quando afirma que estes diferentes estudos compartilham alguns elementos comuns, mas o terreno através do qual estes temas comuns foram estendidos é *tão* vasto que as semelhanças são quase invisíveis. Mesmo para aqueles que se autoidentificam como ecologistas políticos, a subárea expandiu-se de forma tão considerável que não é uma tarefa pequena explicar o que a subárea é e o que ela faz. Se a “ecologia política” pode significar quase tudo, pode significar também quase nada. O perigo é que, para aqueles que estão fora da academia, a ecologia política possa vir a parecer um pouco mais do que uma expansão intelectual desarticulada sob um rótulo atraente.

Simon Batterbury expressou de forma eloquente suas preocupações sobre o impacto desta expansão dentro da subárea num discurso para o Cultural and Political Ecology Specialty Group, na Conferência Anual da Associação dos Geógrafos Americanos, em 2004³⁸. Batterbury declarou que a incapacidade da ecologia política que mais o preocupa é a falta de ligações mais explícitas entre a subárea e os problemas e preocupações ambientais fora da academia:

³⁶ Na verdade, pode-se argumentar que a economia política institucional interna da pesquisa acadêmica, em geral, força a publicação nos periódicos acadêmicos, cuja *raison d’être* é fornecer as métricas do direito de estabilidade no emprego e da promoção acadêmica. As bibliotecas que fornecem os principais rendimentos para as editoras acadêmicas são forçadas a comprar os periódicos por esta razão.

³⁷ First Nation communities.

³⁸ Transcrito de <<http://www.stetson.edu/artsci/cape/batterbury.php>>. Acessado pela última vez em: 05/08/2005).

A ecologia cultural e política não oferece uma resposta sólida e unificada para os principais debates e desafios ambientais do nosso tempo. Nosso próprio *Specialty Group* – talvez por gosto, talvez por causa dos nossos múltiplos focos e objetivos de pesquisa – não se envolve em declarações programáticas, *lobbying* ou esforços coordenados de pesquisa [...] esta falta de unidade reduz a nossa visibilidade e permite perspectivas analíticas com métodos mais limitados serem adotadas mais facilmente pelos formuladores de políticas. Estas incluem abordagens que têm diferentes epistemologias – a economia ambiental e os recursos com foco na conservação³⁹ e as ciências ecológicas [...] o papel da “crítica analítica”, que muitos de nós adotamos, funciona melhor quando fornecem pelo menos *algumas* propostas alternativas tratáveis para os problemas ambientais e sociais que nossas pesquisas descobrem [...] A ecologia política tem uma vantagem e uma oportunidade aqui – pode ser uma “marreta” crítica⁴⁰, mas também uma “semente” para novos padrões [...] (ROBBINS, 2004). Considere, por exemplo, as ações vergonhosas do governo dos Estados Unidos para negar a severidade do aquecimento global e a contribuição de 25% do consumidor americano para a ocorrência deste fenômeno – nós precisamos revelar a agenda da economia de mercado e antiambiental por trás de tais ações, mas também conduzir o trabalho cuidadoso que pessoas como Diana Liverman vêm fazendo com pesquisadores e formuladores de políticas nos Estados Unidos, prefigurando alternativas mais sustentáveis (LIVERMAN, 2004).

Em resumo, a difusão da ecologia política pode ser um ponto positivo dentro da academia, mas representa um obstáculo para a habilidade da área organizar esforços coordenados para resolver problemas tangíveis no mundo exterior. Isto não é de jeito nenhum uma exigência para uma abordagem de pesquisa mais unitária ou disciplinada. Antes, sugere a necessidade de uma melhor articulação e coordenação enquanto *comunidade* intelectual para colocar a vasta riqueza do conhecimento gerado dentro da subárea a serviço da resolução de problemas tangíveis. Tal esforço seria um ato normativo, deliberado e *radical* numa subárea

que geralmente afirma aspirar a estes objetivos. A crítica sozinha é insuficiente para gerar mudança. Esta é a promessa da ecologia política que ainda não foi cumprida e não se trata de um desafio pequeno. Como Robbins (2004, p. 53) declarou: “equilibrar a crítica e a intervenção política eficaz – pesar a “marreta” crítica da ecologia política contra a sua semente⁴¹ – é manifestamente difícil”. A ecologia política reivindicou há muito tempo o manto de uma área radical normativa e politicamente ativista. Pôr-se em pé de guerra com políticas sociais e ambientais injustas e ineficazes é um ato *político*. Não conseguir trabalhar juntos e de forma mais unida, o que muitos acham que aconteceu com a ecologia política, para poder plantar e cuidar da semente no solo limpo pela “marreta” crítica, é também um ato político⁴². Também é um ato político que poucos ecologistas políticos desejam.

VIII. Conclusão

A ecologia política tem muito a oferecer para ajudar a criar um mundo mais justo e sustentável, mas este potencial está sendo subutilizado. A crítica por si só não significa envolvimento. Praticamente toda a pesquisa em ecologia política tem relevância em relação à prática de políticas, mas relevância política sozinha não significa que a pesquisa seja utilizada de forma eficaz ou apropriada. Nem todos os ecologistas políticos enxergam isto como um problema, mas muitos acreditam que o campo pode e deve estabelecer contato de forma mais proativa. Os desafios não são pequenos. Estes incluem a necessidade de articular mais claramente as afinidades que podem juntar os ecologistas políticos *numa comunidade*. Estes desafios incluem também melhorar o trabalho de comunicar ao mundo exterior o que o campo tem a oferecer e como essas ideias podem ser usadas de forma apropriada, incluindo a exposição explícita das *alternativas*, assim como das críticas. Quais são as “sementes” mais importantes que os ecologistas políticos desejam plantar? Onde elas serão plantadas? Como elas serão tratadas para assegurar que não sejam cooptadas ou distorcidas? Até que a subárea possa responder a essas questões de forma eficaz,

³⁹ The conservation-focused resource.

⁴⁰ A critical “hatchet”.

⁴¹ Weighing political ecology’s hatchet against its seed.

⁴² Por exemplo, Richard Schoederer (1999) descreve de forma brilhante como as críticas dos ambientalistas e feministas da comunidade acadêmica podem tornar-se de fato ferramentas de opressão nas mãos dos profissionais do desenvolvimento quando os pesquisadores oferecem uma crítica sem um envolvimento adequado para assegurar que a crítica seja usada de modo apropriado.

pode-se esperar que as áreas com perspectivas mais estreitas que reforçam o *status quo* dominarão os debates públicos e a tomada de decisão, deixando para a ecologia política os prados verdejantes, embora em grande parte periféricos, da academia. Se os ecologistas políticos reconhecem isto ou não, a incapacidade para se envolver de forma plena e enérgica com os conteúdos da política no momento em que a sociedade e o planeta precisam urgentemente de suas perspectivas é um ato político com profundas implicações.

Referências

- BASSETT, T. J.; ZIMMERER, K. S. Cultural ecology. In: GAILLE, G.; WILLMOTT, C. (Eds.). *Geography in America at the dawn of the 21st century*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BEBBINGTON, A. Social capital and rural intensification: local organizations and islands of sustainability in the rural Andes. *Geographical Journal*, n. 163, p. 189-197, 1997.
- _____. Global development networks and local developments: agendas for development geography. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie*, n. 94, p. 297-309, 2003.
- BLAIKIE, P. M. *The political economy of soil erosion in developing countries*. New York: Wiley, 1985.
- _____. *Collapse: how societies choose to fail or succeed*. New York: Viking, 2005.
- _____; BROOKFIELD, H. (Eds.). *Land degradation and society*. London and New York: Methuen, 1987.
- _____; MULDAVIN, J. S. S. Upstream, downstream, China, India: the politics of environment in the Himalayan region. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 94, p. 520-548, 2004.
- _____; CAMERON, J.; SEDDON, D. *Nepal in crisis: growth and stagnation at the periphery*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- DIAMOND, J. M. *Guns, germs, and steel: the fates of human societies*. New York: Norton, 1999.
- _____. *Collapse: how societies choose to fail or succeed*. New York: Viking, 2005.
- EHRlich, P. R. *The population bomb*. New York: Ballantine Books, 1986.
- _____. *One with Nineveh: politics, consumption, and the human future*. Washington, DC: Island Press, Shearwater Books, 2004.
- _____; EHRlich, A. H. *The population explosion*. New York: Simon and Schuster, 1990.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*, Princeton studies in culture/power/history. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- _____. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, n. 20, p. 139-174, 2001.
- _____; ALVAREZ, S. E. *The making of social movements in Latin America: identity, strategy, and democracy*. Series in political economy and economic development in Latin America. Boulder, CO: Westview Press, 1992.
- FORSYTH, T. *Critical political ecology: the politics of environmental science*. London: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. The order of discourse. In: YOUNG, R. (Ed.). *Untyping the text: a poststructuralist reader*. London: Routledge, 1981.
- FRIEDMAN, T. L. *The world is flat: a brief history of the twenty-first century*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2005.
- GOODMAN, M. K. Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods. *Political Geography*, n. 23, p. 891-915, 2004.
- HANCOCK, G. *Lords of poverty: the power, prestige, and corruption of the international aid business*. 1st Atlantic Monthly Press edition. New York: Atlantic Monthly Press, 1989.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, n. 162, p. 1243-1248, 1968.
- HECHT, S.; COCKBURN, A. *The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon*. New York: Harper Perennial, 1990.

Agradecimentos

Não teria sido possível elaborar este artigo sem os inestimáveis comentários oferecidos por Tom Bassett, Piers Blaikie, Patrick Hurley, Rod Neumann, Paul Robbins e Billie Lee Turner. Contudo, o autor, evidentemente assume a culpa por todos os erros, pequenos e graves.

- KAPLAN, R. D. The coming anarchy: how scarcity, crime, overpopulation, tribalism, and disease are rapidly destroying the social fabric of our planet. *Atlantic Monthly*, v. 273, n. 2, p. 44-65, 1994.
- LEACH, M.; MEARNS, R. *The lie of the land: challenging received wisdom on the African environment*. London: James Currey, 1996.
- LIVERMAN, D. Careful with that planet, Mr. President. *Guardian Unlimited*. From: <<http://www.guardian.co.uk/life/feature/story/0,13026,1150831,00.html>>, 2004. Retrieved 18 August 2005.
- McAFEE, K. Neoliberalism on the molecular scale. Economic and genetic reductionism in biotechnology battles. *Geoforum*, n. 34, p. 203-219, 2003.
- McCARTHY, J.; PRUDHAM, S. Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. *Geoforum*, n. 35, p. 275-283, 2004.
- MEADOWS, D.; RANDERS, J.; MEADOWS, D. *Limits to growth: the 30-year update*. White River Junction, VT: Chelsea Green, 2004.
- MOORE, D. S. Marxism, culture, and political ecology: environmental struggles in Zimbabwe's Eastern Highlands. In: PEET, R.; WATTS, M. (Eds.). *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. London: Routledge, p. 125-147, 1996.
- MURPHY, A. B. The role of geography in public debate. *Progress in Human Geography*, n. 29, p. 165-193, 2005.
- NATCHER, D. C.; HICKEY, C. G.; DAVIS, S. The political ecology of Yukon forestry: managing the forest as if people mattered. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, n. 11, p. 343-355, 2004.
- NEUMANN, R. P. *Making political ecology*. New York: Oxford University Press, 2005.
- O'CONNOR, J. *Natural causes: essays in ecological marxism, democracy and ecology*. New York: Guilford Press, 1998.
- PAULSON, S.; GEZON, L. L.; WATTS, M. Locating the political in political ecology: an introduction. *Human Organization*, n. 62, p. 205-217, 2003.
- PEET, R.; WATTS, M. 1996: *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. London: Routledge, 1996.
- _____. *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. 2nd ed. London and New York: Routledge, 2004.
- ROBBINS, P. *Political ecology: a critical introduction*. Critical introductions to geography. Malden, MA: Blackwell, 2004.
- ROCHELEAU, D. E.; THOMAS-SLAYTER, B. P.; WANGARI, E. *Feminist political ecology: global issues and local experience*. International studies of women and place. London and New York: Routledge, 1996.
- _____.; WEBER, F. R.; FIELD-JUMA, A. Agroforestry in dryland Africa, Science and practice of agroforestry. In: INTERNATIONAL COUNCIL FOR RESEARCH IN AGROFORESTRY, 3., Nairobi. *Annals...* Nairobi, 1988.
- ROE, E. Development narratives, or making the best of blueprint development. *World Development*, n. 19, p. 287-300, 1991.
- _____. *Narrative policy analysis: theory and practice*. Durham, NC: Duke University Press, 1994.
- SCHROEDER, R. A. *Shady practices: agroforestry and gender politics in the Gambia*. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.
- STONICH, S. C.; BAILEY, C. Resisting the blue revolution: contending coalitions surrounding industrial shrimp farming. *Human Organization*, n. 59, p. 23-36, 2000.
- VAYDA, A. P.; WALTERS, B. B. Against political ecology. *Human Ecology*, n. 27, p. 167-179, 1999.
- WALKER, P. A. Reconsidering regional political ecologies: toward a political ecology of the rural American West. *Progress in Human Geography*, v. 27, p. 7-24, 2003.
- WATTS, M. J. On the poverty of theory: natural hazards research in context. In: HEWITT, K. (Ed.). *Interpretations of calamity*. New York: Allen and Unwin, 1983.
- _____. *Silent violence: food, famine and peasantry in northern Nigeria*. Berkeley, CA: University of California Press, 1983.
- _____. Political ecology. In: JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; PRATT, G.; WATTS, M. J. (Eds.). *Dictionary of human geography*. Oxford: Blackwell, 2000.
- _____. For political ecology. Unpublished manuscript, University of California, Berkeley, 2003.
- _____.; PEET, R. Liberating political ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (Eds.). *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. 2nd ed. London: Routledge, 2004.
- ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. *Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies*. New York: Guilford Press, 2003.

Recebido em junho de 2011.

Aceito em novembro de 2011.

Publicado em dezembro de 2011.